

8º CONCURSO 1992

PROVA ESCRITA GERAL

Todas as questões devem ser justificadas mencionando-se, sempre que for o caso, a legislação pertinente.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1ª Questão (30 pontos)

O Prefeito de Teresópolis baixa decreto declarando de utilidade pública imóvel de propriedade de uma seita religiosa que o principal clube da cidade utiliza, mediante contrato de locação, como campo esportivo para a realização de jogos de obrigatoria execução do calendário oficial adotado pela Federação de Futebol do Estado. A medida decorreu de moção aprovada pela Câmara de Vereadores, diante de memorial assinado por grande número de municípios, propondo auxílio do Município de modo a impedir a desclassificação do clube, em prejuízo do interesse da comunidade.

A seu juízo, procede ação anulatória proposta pelo proprietário do imóvel, alegando a nulidade do ato declaratório em causa?

2ª Questão (30 pontos)

O imóvel onde está localizado o Hospital Estadual Getúlio Vargas, de propriedade do Estado do Rio de Janeiro, por força de uma explosão em suas caldeiras, acaba por ficar totalmente destruído. Diante da inviabilidade de sua reconstrução, o Governador do Estado decide promover sua venda. É possível que se proceda regularmente a alienação de bem público desta espécie?

3ª Questão (40 pontos)

1) PEDRO e MARIA, contratados sem concurso público pelo Estado em dezembro de 1982, no emprego de faxineiro, pretendem retificar as anotações de suas carteiras de trabalho, alegando estarem em desvio de função.

PEDRO vem exercendo as funções de motorista desde março de 1988, enquanto MARIA exerce as funções de datilógrafa desde fevereiro de 1990.

Comprovada administrativamente a veracidade dos alegados desvios, você, como Procurador do Estado, é chamado a opinar acerca da procedência dos pedidos de PEDRO e MARIA, sendo-lhe formuladas as seguintes questões:

- a) deve o Estado reconhecer os desvios de função, retificando as anotações das carteiras de trabalho de ambos?
- b) caso os desvios possam ser reconhecidos pela Administração Pública, quais os direitos patrimoniais que exsurgiriam para os servidores, sabendo-se que os salários percebidos por ambos durante todo o pacto laboral eram inferiores aos salários referentes aos empregos de motorista e datilógrafo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

1ª Questão (30 pontos)

Se for pedida declaração incidente (art. 325, CPC) ao juiz que seria incompetente, em razão da matéria, para decidi-la em ação autônoma, o que ocorrerá? Tal pedido poderá ser apreciado *principaliter*? E/ou *incidenter tantum*?

2ª Questão (40 pontos)

No curso de ação ordinária de cobrança de Cr\$ 20.000.000,00, promovida porém João face de Paulo, este vende a terceiro seus dois apartamentos, que compõem a totalidade de seu patrimônio, pelo preço total de Cr\$ 20.000.000,00.

No dia imediato às vendas, João requer ao juiz da causa que declare a sua nulidade, porque realizadas em fraude à execução e em fraude contra credores.

Distinguindo sucintamente os institutos da fraude à execução e da fraude contra credores, responda se o pedido de João deve ou não ser acolhido.

3ª Questão (30 pontos)

Quais os recursos cabíveis das seguintes decisões proferidas em Processo Trabalhista:

- a) que rejeita a arguição de incompetência da Justiça do Trabalho;
- b) que acolhe a arguição de incompetência da Justiça do Trabalho;
- c) que homologa cálculos em liquidação de sentença;
- d) que julga improcedentes os Embargos à Execução;
- e) que homologa acordo efetuado e reduzido a termo de conciliação, perante a Junta de Conciliação e Julgamento;
- f) que julga Ação Rescisória no Tribunal Regional do Trabalho?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (40 pontos)

Discorra, brevemente, sobre o princípio da legalidade, inclusive na sua dimensão administrativa, penal e tributária.

2ª Questão (30 pontos)

As normas legais de ordem pública também se submetem ao princípio de que a lei não pode prejudicar o direito adquirido?

3ª Questão (30 pontos)

No exercício da competência inserida no art. 79, § 2º, do DL nº 2.300/86, o Tribunal de Contas baixou norma estabelecendo que todas as minutas de contratos celebrados com dispensa de licitação deveriam ser submetidas àquela Corte com antecedência de 5(cinco) dias, sob pena de nulidade do instrumento. Opine sobre a constitucionalidade do ato.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (60 pontos)

Tício vendeu a CAIO, em 23 de abril de 1985, um bem móvel pelo preço de X. Recebeu de sinal 20%, correspondendo o saldo devedor a duas notas promissórias emitidas *pro soluto* pelo comprador em favor do vendedor, cada uma delas no valor de 40% do preço, com vencimento, respectivamente, a 30(trinta) e 60(sessenta) dias, contados da data do contrato.

Avençaram ainda as partes que o prazo da prescrição para a cobrança de cada uma das notas promissórias seria de 4(quatro) anos.

Em 03 de janeiro de 1989, vencido sem pagamento o primeiro título, o credor promoveu a execução judicial. O réu alegou a prescrição da ação.

Responda, fundamentadamente:

1. tem razão o credor?
2. poderia o credor optar pela rescisão de contrato?

2ª Questão (40 pontos)

Explique, fundamentadamente, a razão pela qual se afirma:

“A debênture conversível em ações é ao mesmo tempo um título de renda fixa e um título de renda variável.”

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (50 pontos)

O Governo de Estado da Federação submete a sua consultoria jurídica, em meados do exercício financeiro, projeto de decreto, com cláusula final de vigência imediata, no qual, fundamentando-se no art. 155, inciso I, b, da Constituição da República, no art. 1º, inciso I, combinado com o art. 6º, § 1º, inciso III, assim como no art. 2º, todos do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, declara incluídas no campo de incidência do ICMS as operações relativas ao fornecimento de água potável, realizados pelos serviços municipais de água e esgoto (aí compreendidos órgãos da administração pública direta, autarquias e empresas públicas), e define, outrossim, a respectiva base de cálculo como o valor da operação relativa ao fornecimento de água ao consumidor final, adotando, ainda, outras providências.

Indicando os dispositivos legais e/ou constitucionais pertinentes, manifeste sua opinião sobre esse projeto governamental.

2ª Questão (50 pontos)

Relevância e características dos convênios em matéria de ICMS.

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1ª Questão (30 pontos)

O Secretário de Estado de Cultura, como incentivo ao programa de intercâmbio cultural com outros países, celebra acordo sobre a vinda de um grupo de artistas circenses belgas ao Rio de Janeiro. Como parte do programa, a Secretaria de Cultura elabora minuta de convênio com a Secretaria de Saúde para instalar a tenda circense em parte remanescente e não utilizada de terreno estadual desapropriado para a construção de um hospital público.

Responda:

- é legal o objetivo do convênio proposto?
- qual o ato jurídico que permitiria a providência cogitada para instalação do circo no local indicado?

2ª Questão (20 pontos)

Candidatos aprovados em concurso público com prazo de validade de dois anos, a expirar dentro de 60 dias, requerem ao Governo do Estado sua nomeação, diante da

notória insuficiência de pessoal no respectivo setor de trabalho, para provimento de vagas ocorridas posteriormente à data do edital do concurso. O pedido é indeferido, mediante despacho, sob fundamento de que o poder de polícia da Administração torna, na hipótese, discricionário o provimento dos cargos.

Manifeste, fundamentadamente, sua opinião sobre a pretensão e a decisão administrativa.

3ª Questão (30 pontos)

A Administração Pública Estadual celebra contrato com licitante vitorioso para a reconstrução de uma escola parcialmente destruída por uma intempérie.

Como a verba para pagamento de reparos, prevista na programação financeira, está esgotada, o contrato é assinado vinculando recurso de outra natureza, sob a justificativa de que os alunos não podem ficar privados das aulas e que, se inexistente verba, existem recursos.

O controle interno da Secretaria opina pela nulidade do contrato, mas, ainda assim, a Administração o mantém, esclarecendo que está providenciando autorização legislativa para suplementar o crédito próprio.

Acionado o controle externo, expira o prazo para que as providências de suplementação estejam atendidas, sob pena de sustar a execução do contrato.

Examine a hipótese, à luz de preceitos constitucionais e legais aplicáveis, e responda, justificadamente, às seguintes questões:

- o contrato é legal ou ilegal?
- se houver, a ilegalidade é sanável?
- deverá o Tribunal de Contas sustar a execução do contrato?

4ª Questão (20 pontos)

Pode a lei estadual permitir, para fins de aposentadoria, a contagem em dobro de períodos de férias vencidas, que não tenham sido gozadas ou transformadas em pecúnia, de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

1ª Questão (20 pontos)

TÍCIO, durante as férias forenses, propôs ação popular em face do Presidente de sociedade de economia mista estadual, para anular a compra de equipamentos importados do exterior, ao argumento de que o ato é lesivo ao patrimônio público.

O Estado do Rio de Janeiro, ingressando na lide, ofereceu contestação ao pedido deduzido na ação popular.

Ulteriormente, com a mudança no Governo Estadual, o Estado pretende passar a atuar ao lado do autor popular, no pólo ativo da relação processual.

Pergunta-se:

- a) a ação popular corre durante as férias forenses?
- b) após contestar o pedido, poderia o Estado, validamente, mudar do pólo passivo para o pólo ativo da relação jurídica de direito processual?
- c) na hipótese, a ação popular poderia ser substituída pelo mandato de segurança?

2ª Questão (20 pontos)

CAIO, funcionário público estadual, julgando-se beneficiário de lei em matéria de pessoal editada pelo Estado, requer administrativamente a providência, pleito indeferido pelo Governador.

Inconformado, impetra mandado de segurança em face do Chefe do Executivo.

Em sede de impugnação, sustenta o Estado não se ter procedido à aplicação da lei por sua inconstitucionalidade.

A decisão que sobrevém denega a segurança, ao argumento de que a complexidade da questão de direito envolvida afasta o cabimento da via mandamental por ausência de direito líquido e certo.

Representando CAIO, indicar qual o meio de impugnação cabível contra a decisão judicial, o órgão jurisdicional destinatário e os fundamentos a serem invocados.

3ª Questão (20 pontos)

Examine as diversas hipóteses de extensão subjetiva da coisa julgada nas ações civis coletivas, reguladas na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, em defesa dos interesses e direitos dos consumidores.

4ª Questão (20 pontos)

Quais as peculiaridades da Execução Trabalhista contra a Fazenda Pública?

5ª Questão (20 pontos)

Em termos de julgamento de recurso, distinga, conceituando, exemplificando e apontando os efeitos de eventual acolhimento:

- a) as preliminares do recurso;
- b) as preliminares do julgamento do mérito da causa;
- c) as preliminares de mérito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (30 pontos)

O art. 240, e, da Lei nº 8.112, de 19.4.91, previu que os servidores públicos ajuizariam seus pleitos contra o Estado perante a Justiça do Trabalho. O STF, após haver negado medida liminar para suspender a eficácia do dispositivo, decidiu, meses depois, que a regra era inconstitucional, por violação do artigo 114, *caput*, da Carta Federal. Pergunta-se:

- a) quais os fundamentos de tal inconstitucionalidade?
- b) o que acontecerá com as ações propostas perante a Justiça do Trabalho, na vigência da regra invalidada, cujas decisões tenham transitado em julgado?

2ª Questão (20 pontos)

Há necessidade de pedido de licença a Assembléia Legislativa para processar criminalmente Deputado Estadual que esteja exercendo cargo de Secretário de Estado?

3ª Questão (30 pontos)

Nos termos da Emenda Constitucional nº 3, de 1993, o art. 102, I, a (CF), passou a ter a seguinte redação:

“Art. 102 -

I -

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.”

A mesma emenda acrescentou ao citado artigo 102 o seguinte parágrafo:

“§ 2º - As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.”

Tendo em vista a instituição da ação declarativa de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, o Governador pede à Procuradoria Geral do Estado parecer sobre a possibilidade de se introduzir na Constituição Estadual medida análoga em relação aos atos normativos estaduais e municipais, de forma que o Tribunal de Justiça pudesse declarar a constitucionalidade desses atos em face da Constituição Estadual. Emita pronunciamento a respeito da matéria.

4ª Questão (20 pontos)

Dispondo o artigo 60, parágrafo 4º, sobre o núcleo imodificável da Constituição, pergunta-se se tais limitações ao poder de emenda constitucional restringirão também a ação do Congresso Nacional quando este, com base no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, proceder a revisão constitucional ali prevista?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (50 PONTOS)

Cinco pessoas se reúnem para constituir uma sociedade anônima, dispondo-se cada uma delas a integralizar o capital com os seguintes bens:

Acionista A - um imóvel;

Acionista B - uma máquina industrial;

Acionista C - sua experiência **know how** como executivo de grande empresa;

Acionista D - uma patente de invenção;

Acionista E - crédito contra terceiros, estando alguns representados por notas promissórias.

Analise a questão sob os ângulos do direito civil e do direito comercial e responda fundamentadamente, considerando todos os aspectos envolvidos:

- a) se as pretendidas integralizações são possíveis;
- b) quais as providências formais necessárias à transferência desses bens à sociedade;
- c) qual a responsabilidade dos subscritores, em cada caso, relativamente aos bens transferidos.

2ª Questão (30 pontos)

CAIO, dono de um açougue, vendeu a TÍCIO uma loja contígua a outra de sua propriedade, na qual ele exercia o comércio de carnes.

Na escritura de compra e venda, as partes anuíram em que o comprador TÍCIO poderia exercer na loja comprada qualquer tipo de mercancia que não fosse o comércio de carnes.

A escritura de compra e venda foi levada ao registro de imóveis, sendo certo que três meses após esse registro, TÍCIO vendeu a PAULO a referida loja, sem que constasse qualquer restrição ao vendedor quanto ao tipo de comércio que nele pudesse ser exercido.

PAULO veio a instalar no local exatamente um açougue.

Diante desse fato, CAIO promoveu contra PAULO uma ação ordinária visando a impedir que o réu exercesse no referido imóvel o comércio de carnes.

Pergunta-se:

- a) a obrigação assumida por TÍCIO perante CAIO de não exercer na loja o comércio de carnes é uma *obrigação propter rem*? Justificar a resposta.
- b) procede a ação de CAIO contra PAULO visando a que esse último seja impedido de exercer na loja o comércio de carnes? Fundamentar a resposta.

3ª Questão (20 pontos)

Face aos artigos 173, § 1º, da Constituição Federal, e 242, da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), analise a controvérsia existente a respeito da falência das sociedades de economia mista.

DIREITO TRIBUTARIO

1ª Questão (25 pontos)

Qual o conteúdo, a natureza jurídica, a função e a eficácia do ato administrativo tributário (despacho) mediante o qual, nos termos do artigo 179 do CTN, se concede ou nega isenção não concedida em caráter geral?

Qual o sentido da afirmação contida no parágrafo 2º da referida disposição, segundo a qual aquele ato administrativo tributário (despacho) “não gera direito adquirido”, e qual o alcance da norma enunciada no citado parágrafo 2º?

2ª Questão (25 pontos)

O Supremo Tribunal Federal, no que concerne às empresas de venda mercantil, proferiu acórdão em dezembro de 1992, segundo o qual o FINSOCIAL, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.940/82, foi recepcionado pela Constituição Federal, restrito porém a alíquota de 0,5%, até a edição da Lei Complementar nº 70/91, que instituiu o NOVO FINSOCIAL ou CONFINS.

Conseqüentemente, certas empresas recolheram a maior a título de Finsocial, a partir de março de 1989, quando as alíquotas foram elevadas para 1% e, subseqüentemente, para percentuais maiores.

Uma destas empresas propôs ação de repetição de indébito das quantias pagas a maior.

Na sua resposta, a União alegou que:

- a) a decisão do Supremo Tribunal Federal não tem eficácia *erga omnes*, pelo que é ininvocável pela empresa;
- b) a empresa terá repercutido o FINSOCIAL no preço de venda das suas mercadorias, pelo que o artigo 166 do Código Tributário Nacional lhe veda o direito à restituição.

A empresa argumenta que o artigo 166 do CTN é inconstitucional por restringir um corolário do princípio da legalidade, que é o dever absoluto de restituir tributos indevidamente cobrados. Comente o caso.

3ª Questão (25 pontos)

O estabelecimento da Empresa XR3 situado no Rio de Janeiro, foi autuado por não haver recolhido, no prazo legal, o ICMS correspondente a entrada, para consumo próprio, de mercadorias transferidas de sua matriz localizada em São Paulo, calculado pela diferença entre as alíquotas interna e externa, sem direito a crédito fiscal para a compensação com débitos futuros. O contribuinte alegou em sua defesa o seguinte:

- a) não ocorreu o fato gerador, pois na transferência entre estabelecimentos do mesmo proprietário não se dá circulação jurídica da mercadoria referida no art. 155, II da Constituição Federal;
- b) a exigência do diferencial de alíquota na entrada implica tratamento discriminatório entre contribuintes do ICMS localizados no Estado destinatário, proibido pelo art. 150, II, combinado com o art. 152 da CF;
- c) a vedação de utilizar crédito fiscal ofende o princípio da não-cumulatividade proclamado no art. 155, parágrafo 2º, da CF.

Dê as razões para a resposta do Estado.

4ª Questão (25 Pontos)

Em face de decisão do Secretário de Estado de Economia e Finanças, dando provimento a recurso especial interposto, nos termos do artigo 266, II, do Decreto-Lei nº 5, de 15.3.75, pela Representação da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes, que cancelara autuação fiscal de ICMS, foi impetrado mandado de segurança.

Alegou-se no writ a falta de fundamento constitucional do recurso especial por infração aos princípios do contraditório e da isonomia (já que inexistia previsão legal de impugnação, pelo contribuinte, ao mesmo recurso e que este, ademais, era privativo da Fazenda).

A segurança foi deferida, sendo acolhidos ambos os citados fundamentos.

Exponha os argumentos que o Estado poderá utilizar num eventual recurso.